



Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos

LISBOA — PORTO — COIMBRA

Constituída ao abrigo do Art.º 199.º do Código Civil

APELO AOS PORTUGUESES

No documento que institui a CNSPP, proclama-se como uma das suas finalidades "auxiliar por todas as formas legais os presos e as suas famílias, de modo a que sejam minorados, através duma acção solidária, os sofrimentos morais e materiais causados por uma legislação injusta e agravados por um tratamento desumano".

Esta acção, como outras que esta Comissão Nacional tem procurado desenvolver no quadro das suas atribuições, não reveste um mero carácter assistencial, pois decorre de um sentido de responsabilidade para com aqueles que vítimas das injustiças e prepotências do poder, têm dado em muitos casos ao País o melhor da sua vida, lutando não por interesse pessoal, mas por aquilo que consideram o progresso e o bem da colectividade a que pertencem.

Em consequência, tem procurado a CNSPP organizar este trabalho por forma a que os auxílios sejam prestados o mais prontamente possível, a quem deles efectivamente necessita e sem distinção de grupos partidários, tendências ideológicas ou territórios de naturalidade, contanto que sejam vítimas do mesmo aparelho político-policial que a todos igualmente oprime e persegue.

A angariação de fundos tem-se processado de modo a conseguir progressivamente prestações que ultrapassem um valor quase simbólico para se traduzirem num apoio efectivo, embora modesto, a quem dêle tanto carece. E nunca é demais relembrar que tudo isto se tem feito no meio de grandes dificuldades, que tanto vêm de actos repressivos das autoridades, como das consciências alienadas de muitos frente a este problema.

O apêlo que a Comissão Nacional dirige neste momento aos portugueses tem por motivo a brutal vaga de prisões desencadeada pela Pide - DGS desde há alguns meses, e que modificou sensivelmente o quadro da repressão policial, no nosso país, não só quantitativa, como qualitativamente.

As prisões indiscriminadas, as torturas e espancamentos, a recusa sistemática da assistência jurídica aos detidos, e outras ilegalidades, se tem sido uma constante da acção governamental, acusaram recentemente uma intensificação e uma ferocidade que vão ao ponto de quase serem justificadas abertamente por elementos do Governo.

Quanto a números, eles falam por si. Bastará dizer que, em comparação com os 79 presos políticos recenseados pela CNSPP em 31 de Dezembro último - abrangendo tanto os que cumpriam pena como os que sofriam prisão preventiva - eram conhecidos em 15 de Agosto p.p. nada menos do que um total de 160 presos - 70 a cumprir pena e 90 detidos preventivamente. Quer dizer, em cerca de meio ano, o número de presos políticos em Portugal duplicou.

Perante esta grave situação, a Comissão Nacional corre o risco de não poder manter o nível dos auxílios que tem estado a prestar às famílias atingidas pela repressão. Mas tal coisa é inadmissível: a actual vaga de violência policial não pode encontrar como resposta o enfraquecimento da solidariedade e o abandono das suas vítimas ao desamparo e ao isolamento. Pelo contrário, ao aumento da repressão é preciso responder com o aumento da solidariedade.

Faça chegar à Comissão informações rápidas, seguras, precisas e completas, contactando com qualquer dos seus membros. Divulgue as nossas circulares, para que essas informações possam chegar a toda a parte

Esta a razão do apêlo que neste momento a CNSPP faz a todos os portugueses.

É indispensável fazer chegar à Comissão, através duma campanha imediata de solidariedade, os fundos de que ela necessita para cumprir a missão que se impôs e pela qual se sente responsabilizada perante o País.

Os fundos recolhidos poderão ser canalizados através de qualquer dos 64 membros da CNSPP.

Agosto 1971.

25º ANIVERSÁRIO
DO
1º SERVIÇO INTERNACIONAL
*
LISBOA - MADRID
10 SETEMBRO 1966



Ex^{mo} Sr

Comandante Covas

T. A. P. Aeroporto

Lisboa